

# QUE EMANCIPAÇÃO QUE NADA

"A luta pela emancipação não será feita pelo governo nem pelo Ministro do Interior ou quem quer que seja. Essa emancipação, ela será feita por nós mesmos, nós índios. Da mesma forma que as classes oprimidas estão formando sua consciência, nós estamos empenhando em formar nossa consciência para exigir nossos direitos. A emancipação é uma arma mortífera que simplesmente nos tirará todo e qualquer arma para reclamarmos nossos direitos. Talvez não possamos fazer nossas assembleias porque se emancipação for aprovada nós também seremos taxados na banca daqueles que são chamados de subversivos".

As 2.500 pessoas que lotavam o auditório do TUCA no último dia 8 em São Paulo aplaudiram de pé as palavras de Daniel Pareci, representante de comunidades indígenas do norte de Mato Grosso. Foi o ponto culminante de uma noite de depoimentos e denúncias de antropólogos e missionários, pronunciamentos de membros de várias comunidades indígenas e comentários de diversas personalidades. A mesa dos trabalhos, presidida pela professora Carmen Junqueira, recebeu 120 noções de apoio de entidades e 60 de pessoas de destaque nacional e internacional.

Em seu parecer sobre o projeto de emancipação do índio o jurista Dalmo Dalari, membro da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo assinou o aspecto contraditório da ini-

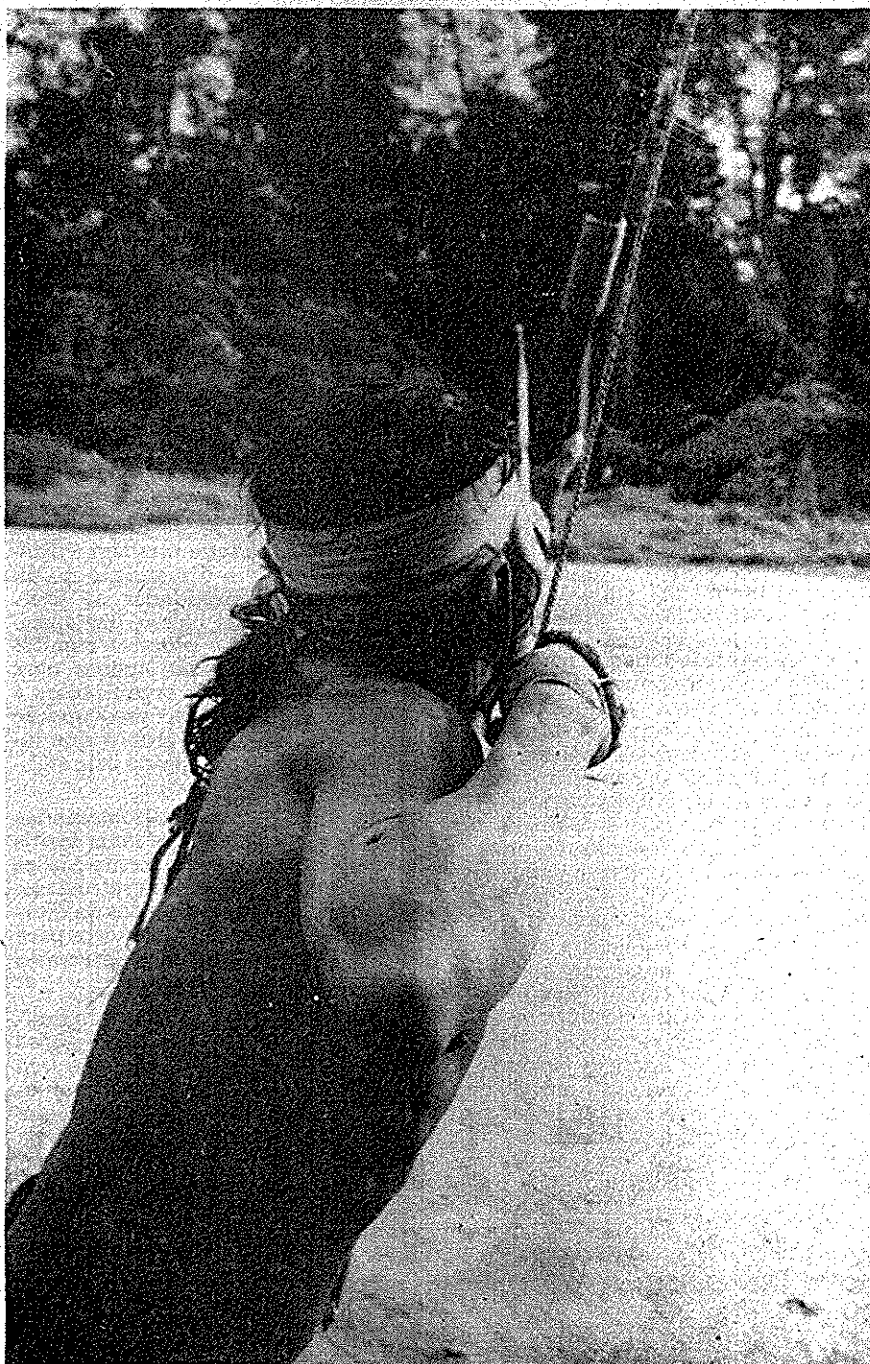
ciativa governamental: enquanto a integração do índio deveria ser pré-requisito de sua emancipação, o projeto pretende emancipar para integrar. Mas naturalmente, a tradição não é gratuita. Uma vez que pela Constituição, a União, através da FUNAI, é responsável pela tutela dos índios ela é proprietária das terras por eles habitadas.

Como estas terras são inalienáveis, e os índios têm o direito a sua posse e usufruto, é fácil perceber que a emancipação liminar seria um obstáculo aos interesses nacionais multinationais: se o índio deixa legalmente de ser índio, a União se desobriga a assegurar-lhe a posse da terra.

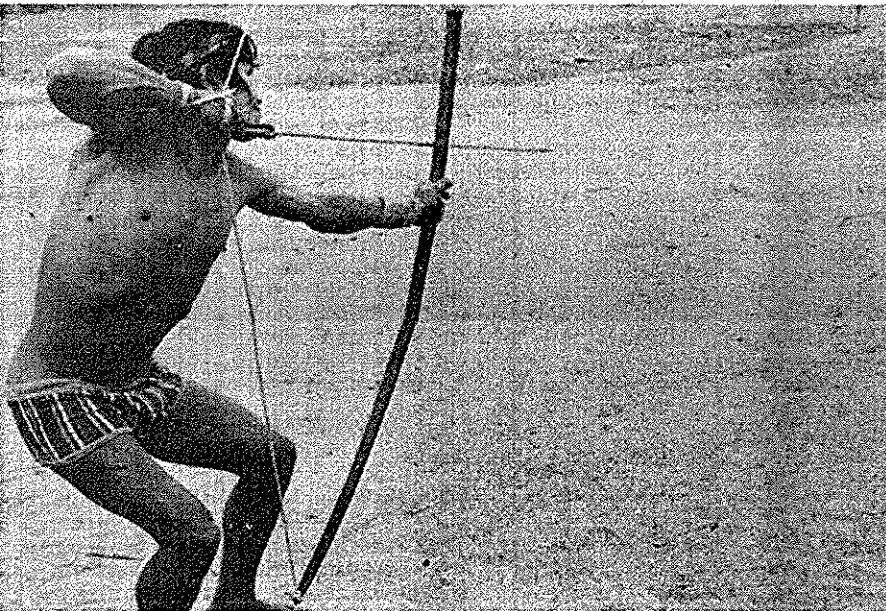
Isto explica também porque a Funai, embora tendo um prazo até dezembro de 78 para demarcar as terras indígenas ainda não demarcou mais que um terço delas.

Através das diretrizes da política de desenvolvimento e segurança impostas pelo governo, a Funai, tutora legal dos índios, passa a atuar contra eles. Conforme lembrou Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho, "com a emancipação, além de perder suas terras o índio estaria sujeito às leis penais e ao enquadramento na lei de segurança nacional."

Enfim: quem explica o empenho do governo em "emancipar os índios, quando nega a emancipação a 120 milhões de brancos e negros?"



## EM TEMPO:



## "Emancipação", a proposta camuflada e enganadora.

Entrevista com o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), padre Egidio Schwade.



Padre Egidio: a política de emancipação do governo significa nada mais, nada menos, do que a transferência das terras indígenas para o latifúndio.

No dia 30 desse mês o Ministro do Interior entregou ao Presidente da República o decreto de emancipação do índio, o qual tem sido denunciado por diversos antropólogos - como Darcy Ribeiro - e mesmo pelo CIMI. Nós gostaríamos que o senhor falasse sobre ele, do significado que ele vai ter para o índio brasileiro.

Durante praticamente todo o período da FUNAI, principalmente a partir do momento em que se começou uma nova atitude por parte de missionários e antropólogos; no momento em que começou uma movimentação indígena mais forte, no sentido de reassumirem sua vida, é que reaparece essa política de emancipação, inicialmente chamada de política de reintegração do índio brasileiro. Isso certamente não veio por acaso, caído do céu. Pelo contrário, obedece a uma linha política clara, com relação às comunidades indígenas, e que vem sendo mais fortemente adotada pela atual gestão do Ministério do Interior, a frente do qual está o senhor Rangel Reis.

Em seu primeiro discurso, em 1974, referindo-se à questão indígena, ele falava claramente em integração dos índios como fator de unidade nacional. Como a terminologia "integração", a partir dali, começou a ser desgastada pela opinião pública, ele passou a usar uma terminologia mais camuflada, enganadora, de "emancipação", e que no fundo significa a mesma coisa.

O que seria essa política de emancipação, do ponto de vista do governo?

Política de emancipação ou integração do índio significa nada mais, nada menos, do que a emancipação das terras indígenas. Ou, em outras palavras, a transferência dessas mesmas terras para o latifúndio. Transformará os índios de homens livres em peões; em mão-de-obra barata desses mesmos latifúndios. Esta é a finalidade do decreto de emancipação. E aliás, o presidente da FUNAI, general Ismarth de Araújo, não esconde isso ao se referir à integração. Sobretudo quando se refere a aquelas comunidades indígenas que estariam em condições de ser emancipadas. Concretamente ele se refere a duas comunidades que são a dos índios Terena, no sul do Mato Grosso e os Tupiniquins, no Espírito Santo. Com relação a esses últimos, até há pouco tempo eles possuíam 40 mil hectares de terra, os quais, segundo a Constituição brasileira, a eles deveriam pertencer até hoje. No entanto elas foram gritadas pelo governo do Espírito Santo e doadas - ou vendidas por um preço irrisório - para uma multinacional chamada Aracruz Celulose. Quer dizer que as terras foram "emancipadas" para a Aracruz e os índios lá empregados também se emanciparam, isto é, se transformaram em mão-de-obra barata da multinacional. É, inclusive, interessante acompanhar como foi feito o processo de emancipação do índio. Quando a Aracruz já tinha as terras nas mãos os novos proprietários começaram a perguntar ao índio, diretamente: "Você é índio?" Ora! Só com essa pergunta mais da metade deixou de ser índio, porque eles diziam: "Não, não sou". "Bom, então vamos fazer a sua carteira de trabalho". Aos que respondiam sim, eles diziam: "Então, nesse caso, nós não podemos, segundo a lei, dar a carteira de trabalho para vocês. Isto é questão de outros organismos". Dessa forma cerca de quinhentos índios tupiniquins praticamente foram empregados e assim "emancipados" para a Aracruz.

O projeto de emancipação não pode ser visto como um capricho do Ministro do Interior, existem fortes interesses que estão por trás de tudo isto. Segundo se soube, esse projeto passou pelo Conselho de Segurança Nacional, levando-nos a crer que no caso da emancipação do índio o Ministério é apenas um cumpridor de ordens. É o próprio presidente Geisel, assinando este projeto (incluído dentro do programa de regulamentação do Estatuto do Índio) também não passará de um mero cumpridor de ordens, haja visto que o poder econômico

está por trás. Tanto o poder econômico nacional como o multinacional.

Mas o próprio antropólogo Darcy Ribeiro fez denúncias nesse sentido, mostrando os interesses específicos do Ministro Rangel Reis...

Exatamente. Sobretudo com relação ao arrendamento feito pela FUNAI de terras pertencentes aos índios do sul do Mato Grosso. Talvez as únicas terras indígenas, no país inteiro, que nem sequer a União poderia usurpar, porque os índios têm título, conforme foi amplamente demonstrado, e a FUNAI sabia disso. As terras eram dos índios e não da FUNAI. No entanto ela se arrogou o direito de novamente ferir o estatuto do índio e arrendar as terras. É por aí que se nota um segundo objetivo dessa tal de emancipação do índio. Ou seja: expira-se este ano o prazo legal para a demarcação das terras indígenas.

Por que é que esse ano expira o prazo de demarcação?

É que a pressão para a conservação das terras indígenas, na época em que foi feito o Estatuto do Índio, ou seja, em 1973, era muito grande e o governo teve então que dar uma resposta à opinião pública. Deste modo ele marcou para si mesmo o prazo de cinco anos para realizar toda a demarcação de terras. O artigo 65, do Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 1973) define isto.

Esgotado o prazo o que acontece?

É justamente aí que esse decreto de emancipação se adianta. Quer dizer: pra que demarcar as terras se elas terão outra finalidade? Nós não vamos emancipar os índios? Para que então proteger a cultura do índio se amanhã ele está sujeito a ser transformado num peão, se ele vai ser mão-de-obra barata, para os capitalistas do campo. Então todo o programa da FUNAI, de emancipação do índio, cai por terra, é para enganar a opinião pública. A FUNAI vai é ensinar ao índio técnicas da nossa civilização, para serem aplicados em coisas que massacrem a sua cultura, a sua comunidade. Um programa de fornecer enxadros, tratores, todo um aparato instrumental que os levem forçosamente a ser mão-de-obra um pouquinho mais qualificada.

O senhor poderia enumerar alguns casos de expropriações de terras, ou mesmo questões pendentes, mais recentes?

Para não ficar só no caso da Aracruz, que a gente já citou, poderíamos falar no caso lá do Acre. Por exemplo, da fazenda ou projeto de desenvolvimento Nova Oeste, que pertence ao Grupo Atlântica Boa Vista (Bradesco). Eles possuem uma certidão negativa da FUNAI, ou seja, uma certidão que diz que naquela região não tem indígenas. Mas a verdade é que tem os índios Kulina. Eu mesmo os visitei, tenho fotos da comunidade deles. No entanto foi concedida uma certidão negativa pelo atual presidente da FUNAI, como se lá não existissem índios. E quem é o diretor do empreendimento é o ex-presidente da FUNAI, general Bandeira de Melo. Esse é um caso evidente. Há outros casos, como a Fazenda São Marcos, a que foi redemarcada em 1917 pelo Marechal Rondon para os índios. Agora nesta gestão do Ismarth na Funai ela foi redemarcada, deixando fora dela a maior parte dos índios, e entregando as terras alienadas para um dos maiores latifundiários da região.

No Mato Grosso, em Rondonópolis, as terras dos índios Bororós foram redemarcadas em função de um latifundiário que se chama José Figueiredo Ferraz, ex-prefeito de São Paulo, deixando os índios com as piores terras. E poderíamos ir adiante com o programa de estradas. Por que elas têm que invadir as terras de índios? Porque diversas barragens estão sendo construídas exatamente em terras indígenas, como as de Babina e Tucuruí, ambas financiadas pelo governo da França. Sabe-se que nas terras que serão inundadas pelas águas da Barragem de Tucuruí ainda tem índios orobos e eles não puderam se manifestar sobre a conveniência ou não de tal projeto, portanto tudo isto é uma agressão das mais brutais.

(Sucursal de Belo Horizonte)